

DOSSIÊ

Infância(s), Movimentos Sociais e Cidade: currículo(s) e formação docente

**Pesquisas sobre infâncias, crianças e cidade na Educação:
tendências e desafios investigativos*****Research on childhood, children and the city in Education:
research trends and challenges***

Lutiane Novakowski^a
nlutiane@gmail.com

Fabiana de Amorim Marcello^a
famarcello@gmail.com

RESUMO

Nos últimos anos, a temática que relaciona infâncias, crianças e cidade vem sendo o foco de pesquisas, debates e movimentos sociais, fomentando uma agenda social e acadêmica na defesa do reconhecimento dos sujeitos infantis e seu direito à cidade. Nesse contexto, compreender como esse tema vem sendo dinamizado na Educação, desde a elaboração dos problemas de pesquisa até à produção de dados para posterior análise e seus resultados, torna-se relevante para o fortalecimento desse campo de investigação, bem como para a identificação de possíveis fragilidades e lacunas no panorama investigativo. Assim sendo, este trabalho tem como objetivo apresentar os resultados de uma metapesquisa realizada a partir da análise de dez pesquisas desenvolvidas na área da Educação, em nível de doutorado, que se debruçaram sobre a temática infâncias/crianças e cidade, indicando tendências e desafios que se tecem, especialmente, quanto a seus objetivos (problemáticas) e a seus enfoques epistemológicos.

Palavras-chave: Infância. Cidade. Educação. Pesquisas. Metapesquisa.

ABSTRACT

In recent years, the theme of childhoods, children and the city have been the focus of research, debates, and social movements, promoting a social and academic agenda that defends recognizing children as subjects and their right to cities. In this context, understanding how this theme has become dynamic in the educational field, from the elaboration of research problems to the production of data for further analysis becomes relevant to strengthening this field of investigation, and for identifying possible weaknesses and gaps in the investigative panorama. Therefore, the objective of this study is to present the results of a meta-research carried out based on the analysis of ten studies at the doctoral level in the field of education which focused on the theme of childhoods/children and the city, indicating trends and challenges that are woven, especially in terms of their objectives (problematics) and their epistemic-methodological approaches.

Keywords: Childhood. City. Education. Researches. Metasearch.

^a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

Introdução

Nos últimos anos, as relações entre infâncias, crianças e cidade vêm sendo, cada vez mais, o foco de pesquisas, debates e movimentos sociais, fomentando uma agenda social e acadêmica em defesa do reconhecimento das crianças e de seu direito às cidades. Isso, porque importantes mudanças de paradigmas, assim como a regulamentação de diferentes legislações ao longo da história, conferiram outras possibilidades de objetos e abordagens investigativas sobre a temática em questão. A essas mudanças, podemos atribuir o próprio surgimento da noção de direito à cidade, em que se defende espaços urbanos inclusivos e democráticos; a compreensão da cidade como espaço não formal de educação; o rompimento de uma ideia universal sobre a criança e a infância e seu deslocamento para o entendimento de infâncias no plural e de criança produtora de cultura, isto é, como sujeito de direitos e capaz de manifestar interesses e opiniões. A criança como sujeito de direitos passou a ser definida no ano de 1989 como um direito universal, particularmente por meio da Convenção dos Direitos das Crianças, em Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Um total de 196 países ratificou em forma de lei a decisão; no Brasil, o documento foi ratificado por meio da Lei nº 8.069, em julho de 1990. É, pois, a partir desse cenário que, recentemente, vem emergindo a discussão sobre infância, criança e cidade.

Apenas para citarmos alguns exemplos que dão mostras não apenas da relevância inconteste do tema, como, mais do que isso, da efervescência de sua produção, destacamos algumas obras publicadas recentemente no contexto brasileiro¹, as quais, em seu conjunto, reúnem um corpo já expressivo de investigações de pesquisadores/as interessados/as em dar relevo e espessura ao que se revela como práticas de construção de cidadania das crianças, elaboradas também pelas próprias crianças (Carvalho; Bizzoto, 2022; Gobbi *et al.*, 2022; Gobbi; Tavares, 2021; Gobbi; Anjos; Leite, 2021; Gobbi; Anjos, 2020; Loeb; Lima, 2021; Lopes, 2021; Müller; Nunes, 2014).

Nesse contexto, compreender como esse tema vem sendo dinamizado na Educação, desde a elaboração dos problemas de pesquisa até à produção de dados para análises e resultados posteriores, torna-se relevante para o próprio fortalecimento desse campo de investigação, bem como para a identificação de possíveis fragilidades e lacunas no panorama investigativo. Assim sendo, este trabalho² tem como objetivo apresentar os resultados de uma metapesquisa realizada a partir da análise de dez pesquisas desenvolvidas em nível de doutorado na área da Educação, as quais se debruçaram sobre a temática infâncias/crianças e cidade, indicando tendências e desafios que se tecem, especialmente, quanto a seus objetivos (problemáticas) e a seus enfoques epistemológicos.

¹ Cabe destacar que, embora haja uma vasta produção sobre a temática no exterior, tais quais Aitken (2014); Tonucci (2015); Sarmiento (2018), dentre outros, optamos por citar referências nacionais, a fim de evidenciar o quanto a temática vem ganhando centralidade no contexto brasileiro.

² Financiamento da pesquisa: este trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Brasil (Capes), Código de Financiamento 001/This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Brasil (CAPES), Finance Code 001.

Para tanto, organizamos este texto em quatro discussões centrais: na primeira, explicitamos os caminhos de investigação da metapesquisa na construção do mapeamento das produções acadêmicas sobre a temática de interesse, sobretudo, aquelas desenvolvidas no campo da Educação e a definição da amostra submetida aos procedimentos da metapesquisa. Na segunda seção, apresentamos uma análise dos objetivos das pesquisas, buscando examinar algumas tendências, bem como algumas lacunas quanto às relações que vêm erigindo as problemáticas no campo da pesquisa educacional. Já na terceira seção, tecemos um panorama epistemológico das pesquisas analisadas, dando ênfase ao modo como elas vêm se construindo não apenas teórica e metodologicamente, mas, igualmente, nas formas pelas quais os aportes epistemológicos assumidos se relacionam com os caminhos investidos nas construções metodológicas em uma concepção abrangente (ou seja, que implica métodos e metodologia). Na última seção, elegemos um ponto específico de debate, qual seja, o modo como, nesses trabalhos, emerge a discussão sobre os lugares da escola, do currículo e da formação docente no intuito de pensar justamente as possíveis contribuições das pesquisas sobre infâncias, crianças e cidade junto a um tema de relevância para a Educação.

Caminhos da investigação da metapesquisa

Assim, este trabalho busca inscrever o campo da infância no rol de estudos da metapesquisa, tal como aqueles que vêm sendo desenvolvidos por Mainardes (2021), Morais e Schneider (2021), Tonieto e Fávero (2021), Jacomini e Silva (2021), Tello e Mainardes (2015) no âmbito das políticas educacionais.

Em relação à metapesquisa, Mainardes a define como “*pesquisa sobre pesquisas* ou, ainda, pesquisa que busca explicar o *processo de pesquisa* sobre um tema ou de uma área ou campo específico” (Mainardes, 2021, p. 20, grifo nosso). Ao dizer isso, de imediato, anunciamos que se trata aqui de um trabalho investido em algo que se dá para além de uma revisão de literatura ou de um estudo de revisão, mas, já que inscrito sob determinados procedimentos, assume características singulares, especialmente na medida em que é desenvolvido *sobre e a partir* do campo dos estudos das infâncias (também ele em suas particularidades). Nessa condição, trata-se, sim, de um estudo sobre uma bibliografia já existente, todavia visando analisar (portanto, mais do que meramente sintetizar) determinados aspectos relativos às práticas de pesquisa que vêm sendo operacionalizadas no campo e, com efeito, identificar tendências, pontos fortes, mas, igualmente, desafios e obstáculos a serem enfrentados por aqueles/as que assumem a relação entre infância(s) e cidades como mote investigativo.

Seguindo o modelo de metapesquisa proposto por Mainardes (2021), os procedimentos metodológicos desenvolvidos neste trabalho foram organizados em três etapas: levantamento documental, sistematização e análise.

Na primeira etapa, realizamos um mapeamento das teses e dissertações que se debruçaram sobre a temática infância e cidade. Optou-se por realizar uma busca pelos trabalhos disponibilizados no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Para o levantamento dos trabalhos nessa plataforma, usamos descritores exatos e descritores combinados, além de recorrermos a alguns filtros de pesquisa.

Ao utilizarmos os descritores exatos “infância/criança na cidade”, “infância e cidade”, adotamos o filtro apenas para a área do conhecimento (no caso, Educação) e, como resultado, foram encontradas oito dissertações e três teses.

Além disso, a pesquisa foi feita também valendo-se de descritores combinados, como “infância/criança” *and* “cidade”, “infância” *or* “criança” *and* “espaços públicos” e, aqui, recorrendo-se aos seguintes filtros: tipo, áreas do conhecimento, área de concentração e nome do programa (Educação). No caso da pesquisa com descritores combinados, optamos pelo uso de um filtro temporal, delimitando o período dos dez últimos anos (2012 a 2022). Encontramos como resultado nove dissertações e 12 teses.

Quanto à escolha dos descritores, vale dizer que nosso objetivo não foi o de determinar, de antemão, em que consiste e o que diz (ou não) respeito, diretamente, às relações entre infância/criança e *cidade*, entre tantas possibilidades e modulações. Proceder dessa forma implicaria a escolha por *n* outros descritores, os quais, por sua vez, nos levariam a *n* outros universos que, como pesquisadoras, entendemos compor também, de um modo ou de outro, o universo de pesquisas sobre infância/criança e cidade. Ao dizer isso, indicamos que nossa opção foi a de operar de forma precisa e mais enfaticamente com o descritor “cidade” (considerando os cruzamentos e filtros) na intenção de localizar os trabalhos que nomeadamente assim declaram-se inscrever-se neste campo de pesquisa.

Com isso, finalizadas as buscas, e somando os achados obtidos por meio dos descritores exatos e combinados, foram encontrados 32 trabalhos. Dentre esses, seis se repetiram nos resultados, o que nos permitiu chegar a um total de 26 trabalhos (12 teses e 14 dissertações).

Valendo-nos dos trabalhos de Moraes e Schneider (2021) e Toniato e Fávero (2021), igualmente vinculados aos estudos de metapesquisa, optamos por analisar apenas o conjunto das teses encontradas. Tal como esses pesquisadores, entendemos que as teses poderiam oferecer maiores contribuições nos termos dos objetivos de uma metapesquisa, seja pelo tempo maior investido quanto à realização das pesquisas (e, com efeito, pelas possibilidades de adensamento e aprofundamento muitas vezes aí oportunizadas) no doutorado, em comparação com o mestrado, seja pelo fato dos cursos de doutorado se constituírem como referências na produção científica brasileira.

Ainda em relação à construção da amostra, procedemos à leitura dos resumos das pesquisas e optamos por, já nessa etapa, operar com pesquisas que traziam a participação das crianças em sua construção teórico-metodológica. Tal critério, e que indica um importante dado, nos levou à exclusão de apenas duas teses³. Dito de outro modo, é possível observar que, em grande medida, nas pesquisas do campo educacional, falar de cidade e infância implica um diálogo direto com as crianças. Com isso, indicamos que a amostra analisada compreendeu dez pesquisas.

Seguida da delimitação da amostra, e como segunda etapa de trabalho, realizamos a leitura sistemática das teses, objetivando identificar a estrutura e o desenho mais amplo de cada

³ Uma das teses se dedicou a pesquisar sobre a intersetorialidade das políticas públicas voltadas para a infância a partir de um estudo teórico (Almeida, 2010) e outra atentou para o lugar da criança na pólis a partir de um estudo teórico baseado no referencial socrático (Serute, 2017).

pesquisa. Simultaneamente às leituras, organizamos as informações dos trabalhos em planilhas – na qualidade de materiais que serviram de base de dados, considerando alguns elementos essenciais para a metapesquisa (desde os mais básicos, como título da obra, autor/a, orientador/a, instituição até àqueles que envolveram a sistematização e organização dos objetivos, hipótese/justificativa, questões de pesquisa, perspectiva teórica e epistemológica, método, metodologia e análises).

A terceira etapa deste trabalho consistiu na leitura e na análise dos textos selecionados para a amostra, as quais serão apresentadas nas próximas seções.

Uma breve apresentação das teses analisadas: o que move as pesquisas que envolvem infâncias, crianças e cidades?

Gobbi defende que “infância e cidade têm se apresentado como temas cuja relação se mostra bastante fecunda e cada vez mais necessária a compor estudos sociais da infância [...]” (Gobbi, 2018, p. 24). Assim, perguntamos: como os/as pesquisadores/as da área da Educação vêm investigando a temática infância e cidade? Quais problemáticas de pesquisa mobilizam esses estudos? Diante desses questionamentos, temos como pretensão, nesta seção, discutir sobre três aspectos importantes acerca dos quais nos debruçamos na análise empreendida. Dois desses aspectos configuram-se como etapas relevantes para o desenvolvimento das pesquisas, sendo eles: I) problemas de pesquisa e II) objetivos das pesquisas. Já o terceiro aspecto diz respeito à presença, ou não, de diferentes marcadores, tais quais, de classe, de gênero e étnico-raciais.

É possível dizer que uma das principais marcas dos objetivos das pesquisas analisadas, até pela natureza da temática, é o fato delas estarem investidas de um entendimento de e sobre a infância para além dos espaços institucionalizados que, por muito tempo, serviram de espaços preponderantes de abordagem, escolhas e tratamento quanto à infância. Ainda que o viés institucional (institucionalizado e institucionalizante) se faça presente em maior ou menor grau; na definição dos problemas de pesquisa, ganham relevo as experiências das crianças *na* cidade em situação de mobilidade (ou remetendo a ela), a perspectiva direta das crianças *sobre* a cidade e, igualmente, as análises sobre o uso dos espaços da cidade e da construção das espacialidades por parte das crianças.

Mais precisamente, em sua variabilidade e multiplicidade, encontramos teses que buscaram investigar: as experiências alteritárias de passear com crianças e os diálogos que emergem nesses passeios em suas formas de pertencimento e participação (Muniz, 2018); as práticas cotidianas de mobilidade, de uso dos espaços públicos e as características socioespaciais da cidade, tal como vivenciadas pelas crianças (Farias, 2017); os aspectos presentes na região de moradia das crianças (condições socioeconômicas, culturais e os diálogos tecidos entre as culturas infantis e tradições locais) e como esses aspectos influenciam em sua experiência urbana (Souza, 2017); os tempos e espaços mais usados e interações estabelecidas nas paisagens da cidade a partir do ponto de vista das próprias crianças (Evangelista, 2020); os atravessamentos de gênero em relação à construção social da cidade por parte das crianças (Poubel, 2021); as contribuições e entendimento das crianças quanto às relações sociais, institucionais e individuais que se constituem na e atravessam a cidade

(Müller, 2007); o cotidiano das crianças ribeirinhas e as formas pelas quais elas se apropriam dos espaços para si, entre si e com os adultos (Trindade, 2020).

Ainda assim, mesmo quando encontramos os espaços institucionalizados como espaços presentes nas construções investigativas, merece ser destacado o quanto é para além deles que os objetivos são estabelecidos, tais como pode ser visto naqueles trabalhos voltados a dar visibilidade às experiências de crianças e professoras de uma instituição pública de Educação Infantil, em diferentes espaços da cidade (Campos, 2019); aos espaços de brincar oficiais usados pelas crianças e ali compreender as espacialidade exercidas por elas nesses locais (Meloni, 2018); ou às formas de ocupação dos espaços públicos urbanos e as táticas de sobrevivência, recusa e resistência de crianças e jovens em situação de rua quanto às políticas públicas a eles e a elas destinadas (Andrade, 2014).

Com isso, no que se refere aos problemas metodológicos apresentados pelos/as pesquisadores/as, a nosso ver, eles são mobilizados pelo interesse investigativo sobre elementos (tanto singulares quanto amplos) que impactam na constituição de uma infância plena no seu direito à cidade. Emerge daí uma complexidade na abordagem de certos temas, em grande medida, dada justamente pela escolha irredutível da participação das crianças na medida em que são consideradas como atores sociais capazes de manifestarem-se sobre suas experiências nos espaços públicos. Ao dizer isso, afirmamos outra importante recorrência das pesquisas do campo educacional: aquela que incide na consideração sobre um importante lugar social e político da criança *pari passu* da organização e sustentação das problemáticas de pesquisa. Isso emerge do pressuposto segundo o qual, para esse contingente de pesquisas, direta ou indiretamente, “investigar a vida das crianças nas cidades demanda um duplo compromisso de pesquisa, tanto acadêmico-científico, como *político*” (Müller; Nunes, 2014, p. 660, grifo nosso). Com efeito, além de produzirem conhecimento científico sobre as relações que se estabelecem entre as crianças e as cidades que habitam, pode-se dizer que os conhecimentos produzidos por essas investigações participam, com outros tantos movimentos (acadêmicos, sociais), do reconhecimento dos sujeitos infantis como cidadãos de direito.

Além disso, podemos dizer que problematizar a infância como experiência construída por meio de um conjunto expressivo de marcadores vem se apresentando, notadamente, como ponto forte das pesquisas do campo. Tal como sugere Gobbi *et al.* (2022, p. 18), “ser criança na cidade” menos do que um dado categórico *a partir* do qual se parte, emerge como problemática a ser desdobrada, multiplicada, tensionada, *por meio* da qual universos de experiência produzem distintas relações com as cidades.

Considerando ainda os objetivos das pesquisas (e tensionando-os com alguns de seus resultados), sete das dez teses apresentam discussões relacionadas às diferenças sociais e como essas produzem diferentes relações entre as crianças e as cidades. Em quatro estudos, as investigações contemplaram exclusivamente crianças pertencentes às periferias ou em zonas periféricas (Andrade, 2014; Muniz, 2018; Souza, 2017; Trindade, 2020). Neles, os/as pesquisadores/as apresentam em suas conclusões as diferentes formas pelas quais esse mesmo marcador (social) traz impactos distintos: a carência econômica interfere nas experiências mais amplas de cidade, restringindo as crianças de conhecer e de circular em outros espaços da cidade, distintos dos territórios que habitam (Muniz, 2018). Ainda que a região periférica seja marcada pela pobreza, violência, roubos e pelo tráfico de

drogas, por exemplo, as crianças se valem de outras narrativas para contar sobre o lugar onde vivem, produzindo também sentidos que excedem esses aspectos (Andrade, 2014; Souza, 2017). Ou seja, os modos de brincar são narrados pelas crianças em ligação quase inseparável com seus modos de subsistência, por exemplo é o caso das crianças ribeirinhas em atividades, como pescar, conduzir a canoa, subir em árvores para catar frutos, tomadas pelas crianças quase que inseparavelmente como trabalho e brincadeira (Trindade, 2020).

Três pesquisas preocuparam-se em dialogar com crianças de diferentes classes sociais como sujeitos de pesquisa (Evangelista, 2020; Meloni, 2018; Müller, 2007;), permitindo trazer elementos comparativos, que ora marcavam uma diferença expressiva, ora uma proximidade nas formas de viver a cidade. Nessas pesquisas, por exemplo, embora as crianças pertencessem a classes sociais distintas, houve situações em que as opiniões das crianças sobre os espaços de brincar da cidade se assemelhavam (Meloni, 2018). Por outro lado, a pesquisa de Müller (2007), por exemplo, mostrava, já há mais de 15 anos, que crianças de classes sociais menos favorecidas (que circulam pela cidade a pé ou de ônibus) e aquelas de classes sociais mais favorecidas (que geralmente circulam de carro) vivenciam a cidade diferentemente e, mais do que isso, apropriam-se dela de formas distintas. Conclusões que se fazem presentes na recente pesquisa de Evangelista (2020), ainda que sob outro viés, mostram que crianças pertencentes à região periférica, em alguma medida, têm mais autonomia na mobilidade, especificamente, no bairro em que moram. Porém, em relação aos outros espaços da cidade, seu acesso é mais restrito. Em contrapartida, as crianças pertencentes à região mais central acabam por se locomover num perímetro urbano maior (ainda que esse deslocamento se dê no interior de automóveis) (Evangelista, 2020).

Quanto aos marcadores de gênero, evidencia-se em três teses discussões sobre a relação de meninos e meninas e suas formas de vivenciarem a cidade. Dentre essas, uma em específico toma tal temática através de uma lente investigativa para pesquisar a relação infância e cidade, buscando compreender em que medida a dimensão do gênero está presente na arquitetura social que as crianças elaboram sobre a cidade. A pesquisadora aponta, ao final do estudo, para a existência de cidades distintas para meninas e para meninos, sendo destinados para as meninas espaços de proteção e relaxamento, enquanto para os meninos são reservados os espaços de aventura e lazer (Poubel, 2021). De modo semelhante, a tese de Muniz (2018) apresenta reflexões sobre o reforço da escola acerca dos marcadores de gênero por meio da formação das filas para meninas e para meninos. Na medida em que a pesquisa visou acompanhar os passeios que as crianças realizaram em diferentes espaços da cidade com a escola, Muniz (2018) mostrou que esse mesmo movimento acabava por se repetir para além dos muros escolares, fazendo com que tanto professores/as quanto crianças repetissem essa dinâmica como critério de sua própria “organização”.

Em apenas uma pesquisa encontramos reflexões que atentam para os marcadores étnico-raciais (Andrade, 2014) – ainda que ali tais discussões se fizeram mais presentes no desenvolvimento de aspectos históricos sobre a história social do Brasil, na busca de compor um dos debates cernes do trabalho (crianças e jovens em situação de rua) e como elementos a serem viabilizados para a descrição das crianças e adolescentes sujeitos da pesquisa.

Conforme já ressaltado, em especial quando da apresentação dos descritores que usamos para a busca das teses, ainda que provavelmente muitas sejam as pesquisas que abordem mais

amplamente os cruzamentos entre infância, cidade e as relações étnico-raciais, talvez possamos apontar com certa urgência a inscrição mais incisiva dessas pesquisas no campo e, com efeito, a ampliação e fortalecimento da problemática étnico-racial na construção de futuras investigações.

Panorama epistemológico das teses sobre infâncias, crianças e cidades

Nesta seção, apresentaremos o panorama epistemológico das teses analisadas, na busca de identificar, compreender e apresentar os percursos teórico-metodológicos escolhidos pelos/as pesquisadores/as. Para Tello e Mainardes (2015), numa metapesquisa, “o enfoque epistemológico é o modo pelo qual se constrói metodologicamente a pesquisa por meio de uma determinada perspectiva epistemológica e de um posicionamento epistemológico” (Tello; Mainardes, 2015, p. 158). Ou seja, entendemos que o modo como o/a pesquisador/a define o método e organiza metodologicamente sua pesquisa ancorado/a em referenciais teóricos são, pois, reveladores do enfoque epistemológico da sua investigação (Tonieto; Fávero, 2021).

Assim, mostraremos sistematicamente os elementos extraídos das pesquisas que nos dão pistas para identificar e analisar os percursos metodológicos do conjunto de teses que compõem nossa amostra, sendo eles: I) campos de conhecimento; II) lócus das pesquisas; III) sujeitos das pesquisas; IV) participação das crianças; V) métodos usados; VI) procedimentos técnicos; VII) referenciais teóricos.

Consideremos, inicialmente, a prevalência dos campos de conhecimento envolvidos na apresentação das pesquisas. A recorrência com que os campos foram mencionados, no total dos trabalhos, foi: Sociologia da Infância (7); Antropologia (4); Geografia da Infância (3); Educação (2); Sociologia (2); Geografia (2); Estudos Sociais da Infância (2) e da Cidade (1); Antropologia da Criança (1); Pedagogias da Infância e da Educação Infantil (1); Filosofia (1); Psicologia Social (1); Arquitetura e Urbanismo (1).

Como se pode observar, o campo da Sociologia da Infância, seguido da Antropologia, foram os mais usados e articulados pelos/as pesquisadores/as. Ao mesmo tempo, a análise desse tópico revela o quanto pesquisadores/as da área, considerando a temática em relevo, se valem de referenciais teóricos de campos diversos para a construção epistemológica das suas pesquisas. Trata-se, por certo, de uma característica da própria área da Educação, mas aqui, e nos termos de uma vinculação entre teoria e metodologia, isso ganha relevo especial, dado que é justamente a compreensão acerca da infância como fenômeno social, cultural e histórico que acaba por dar lastro às metodologias investidas em dar espessura às diferentes formas pelas quais a experiência da infância singulariza a relação das crianças com as cidades que habitam.

Em relação ao lócus da pesquisa, sete teses apresentaram diferentes espaços públicos da cidade e, assim, fizeram parte do conjunto de lugares visitados: praças, museus, mercado central, arquivo público, parques naturais e parque aquático, *shopping*, praias, feiras, ruas e avenidas. Três pesquisas tiveram as casas das famílias como espaço de encontro com as crianças para a realização de entrevistas e conversas. Quatro pesquisadores/as optaram por realizar suas investigações em instituições de ensino, sendo que uma delas incluiu como campo de pesquisa as saídas que as

crianças realizavam nos espaços da cidade, acompanhadas pela professora da turma. Uma das pesquisas optou por realizar sua investigação com crianças que frequentavam uma organização não governamental (ONG). Ainda, três pesquisas acrescentaram às suas investigações estudos bibliográficos e documentais.

Os dados acima indicam uma tendência por eleger diferentes espaços públicos, além daqueles institucionalizados, como campo de investigação conforme mencionado; mas, nos permitem também traçar elementos importantes quanto à própria construção do conceito de cidade que, junto às crianças, as investigações vão construindo.

Diante disso, destacamos, aqui, alguns dos conceitos sobre cidade que emergem nas pesquisas que compõem nossa amostra. Identificamos, pois, argumentos que versam sobre a cidade enquanto espaço potente de aprendizagens, sociabilidade e experiências positivas para as crianças. Farias (2019) aponta que a mobilidade infantil na cidade é uma atividade com significados sociais, pois se entende que nesses deslocamentos, as crianças estão na companhia de um outro, com quem interagem, construindo, a partir dessa relação, suas hipóteses sobre o mundo. A mesma autora afirma que, na convivência com o outro (na cidade), as crianças apreendem valores e estratégias que agregam a sua identidade individual social. Assim, essa tese sugere que esse convívio com o outro na cidade poderia ser alargado se as cidades propiciassem segurança para o deslocamento a pé ou de bicicletas, por exemplo (Farias, 2019).

Tal concepção se faz visível também no trabalho de Souza (2017), quando mostra que é no contato com o ambiente da rua e no encontro com o outro que ocorre a produção de saberes, pois, por meio dessa experiência alteritária, as crianças adentram nos arranjos sociais e estabelecem relações com o mundo dos adultos e, então, passam a inventar, imaginar e construir arquiteturas sobre o mundo que habitam, ao mesmo tempo que o transformam por meio das interações e brincadeiras. Nesse sentido, Campos (2019) apresenta uma compreensão de cidade como um emaranhado de relações em que, a partir do entrelaçamento entre movimento e acontecimento, as crianças vivenciam experiências criadoras de sentidos.

Num outro viés, algumas pesquisas mostram cidades fragmentadas e restritas a determinados grupos, tal como evidencia Poubel (2021), ao problematizar sobre uma cidade que não apresenta as mesmas perspectivas de interação para as crianças, de forma geral. Ao contrário disso, a maneira como as cidades estão constituídas permite com que se estabeleça uma cidade para as meninas e outra cidade para os meninos. Trata-se de distinções que, em seu conjunto, preconizam prescrições sociais e espaços distintos para cada um dos gêneros. Nessa mesma perspectiva, de cidades distintas para determinados grupos, Muniz (2018) evidencia que, mesmo que haja um desejo por parte das crianças de ampliar suas experiências na urbe, nem todas podem usufruir dos diferentes lugares da cidade, pois a carência financeira acaba inibindo o desejo de conhecer ou frequentar os diferentes lugares da cidade.

Quanto aos sujeitos das pesquisas, observa-se que, em sua expressiva maioria, a escolha recai, de modo contundente, sobre crianças de 4 aos 12 anos de idade, isto é, 80% das pesquisas optam por essa faixa etária; a faixa etária entre 4 e 6 anos se faz presente em apenas 20% do total das crianças pesquisadas. Quanto ao gênero, 67 crianças eram meninas e 84 eram meninos. Ainda em relação aos sujeitos da pesquisa, além das crianças, duas pesquisas incluíram a participação dos

adultos, em uma delas, pais, professoras e equipe gestora da escola em que a pesquisa foi realizada; na outra, educadoras sociais ligadas à Unidade de Educação de Rua e ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social à População em Situação de Rua (CREAS-POP).

Quanto à participação das crianças, sem dúvida, merece destaque a ausência de referência da etapa considerada como a primeiríssima infância, que compreende crianças de 0 a 3 anos de idade. Ainda que possamos considerar que as produções acadêmicas sobre a temática da infância e da cidade sejam ainda emergentes, tais pesquisas sinalizam uma tendência de incluir como sujeitos, prioritariamente, crianças a partir dos 5 e 6 anos de idade. Trata-se de uma lacuna também percebida no campo da Educação Infantil e/ou de estudos sobre as infâncias, de modo mais amplo. Gobbi (2018) vem problematizando sobre a escassez de pesquisas que privilegiam a escuta das crianças com recorte etário na primeira infância. Para Vasconcelos (2015), em muito, o privilégio dado à participação de crianças maiores nas pesquisas incide sobre uma participação de crianças na medida em que essas “sinalizam suas ideias a partir da fala, de desenhos e de produções” (Vasconcelos, 2015, p. 24). Da mesma forma, Fochi (2013) problematiza a escassa produção de pesquisas que se debrucem sobre as práticas pedagógicas com crianças menores, sobretudo, com os bebês. Assim, o dado em evidência é, de fato, um desafio a ser enfrentado por futuros estudos que almejam pesquisar sobre as crianças, considerando as especificidades das faixas etárias menores, como também um movimento acadêmico importante para fortalecer e/ou mobilizar outras instâncias para o reconhecimento social dos bebês e crianças bem pequenas como sujeitos de direitos em sua relação com a cidade.

Em relação ao método de pesquisa, buscamos entendê-lo para além de uma dimensão técnico-instrumental (Jacomini; Silva, 2021; Tonieto; Fávero, 2021). Dito de outra forma, “a escolha do método é reveladora do caminho escolhido pelo pesquisador a fim de construir uma resposta para seu problema de pesquisa, a qual deve ser lógica e teoricamente válida” (Tonieto; Fávero, 2021, p. 60). Isso quer dizer, portanto, que, em relação às pesquisas de nossa amostra, buscamos entender os pressupostos que sustentam teoricamente o ponto de vista com que os pesquisadores/as operavam em suas investigações, especialmente na medida em que esses pressupostos subsidiavam as escolhas técnicas e os instrumentos usados e, por fim, a avaliação dos resultados do estudo.

Sob a ótica analítica desses estudos, percebemos que, no conjunto das teses, há quase uma ausência de uma explicitação clara sobre o método escolhido. Em contrapartida, os pesquisadores/as da nossa amostra revelaram, por meio de um posicionamento epistemológico, concepções teóricas precisas para o desenvolvimento dos seus estudos – ao que aqui optamos por chamar de “perspectivas metodológicas”. Nessa condição, 60% das pesquisas anunciaram inspirações etnográficas (6) como fio condutor das suas investigações – o que indica, desde já, o predomínio de uma metodologia em especial (compreensível, dada a natureza do tema). Já outros/as pesquisadores/as definiram suas pesquisas como pesquisa-intervenção (1), pesquisa fenomenológica (1) e estudo de caso (2).

Quanto aos procedimentos técnicos e instrumentos para coleta de dados, todas as pesquisas apresentaram suas escolhas embasadas em referenciais teóricos reconhecidos no campo em questão. Em relação aos procedimentos técnicos, seis investigações operaram com uma abordagem híbrida. Isso quer dizer que foram combinadas mais de uma abordagem, como, por exemplo, Meloni (2018), Andrade (2014), Souza (2017), Müller (2007) e Evangelista (2020), que usaram a

pesquisa de campo combinada à pesquisa bibliográfica/documental. Já Campos (2019) combinou a pesquisa colaborativa à observação participante. Os estudos que mencionaram uma abordagem etnográfica utilizaram como principal procedimento técnico a observação participante (6), seguindo, portanto, as concepções metodológicas anunciadas pelos referenciais teóricos que ancoraram suas investigações. Além disso, os/as pesquisadores/as valeram-se, também, de entrevistas, além de outros instrumentos para a coleta de dados. As investigações que propuseram estudos de caso adotaram, igualmente, observações e entrevistas para a produção de dados, somados, do mesmo modo, a outros recursos instrumentais. Assim, em quase sua totalidade, foi empreendida a combinação de diferentes recursos, tais quais: passeios, conversas, desenhos, fotografias, filmagens, confecção de texto ilustrado e legendado, poemas, mapas, maquete, grupo focal, *photo elicitation*, diário de campo, lista sobre locais da cidade, autorretrato, quadro de rotinas e quadro de utensílios. Todos os instrumentos aqui citados tiveram, em maior ou menor grau, as crianças como partícipes das suas produções.

Em relação à participação das crianças, gostaríamos de destacar que, no conjunto das dez pesquisas, há evidências de margens de escolha das crianças em relação aos instrumentos metodológicos: por exemplo, na pesquisa de Muniz (2018), de Souza (2017) e de Trindade (2020), as crianças escolheram os locais e os trajetos na cidade a serem visitados durante a análise; assim como nas pesquisas de Meloni (2018) e de Evangelista (2020), em que as crianças puderam fazer escolhas de como gostariam que fosse sua cidade ou espaços de brincar fora de casa. Por fim, nas pesquisas de Campos (2019), de Farias (2019) e de Müller (2007), as crianças foram protagonistas no registro fotográfico e fílmico dos espaços da cidade tanto no que se refere ao uso das ferramentas necessárias para o registro como na escolha imagética do que seria capturado pelas lentes objetivas.

De forma mais detalhada, no que se refere às observações, os/as pesquisadores/as propuseram observar as crianças em seus cotidianos na escola, durante as atividades escolares, aulas de campo e recreios; em passeios realizados com a escola em diferentes instituições da cidade; de forma aleatória nos espaços de brincar oficiais da cidade; em situação de rua nos locais de mendicância ou de trabalho das crianças e nos deslocamentos cotidianos das crianças pela cidade com uso de *GPS* (*Global Positioning System*). Quanto às conversas com as crianças, os/as pesquisadores/as usaram o diálogo como disparadores para as discussões das fotografias registradas dos espaços das cidades (espaços de brincar reconhecidos pelo governo local e diferentes espaços da cidade/do bairro) e também daquelas registradas durante os momentos de passeio.

Sobre a autoria das crianças no que diz respeito à produção de dados, a análise das pesquisas nos indica que as crianças produziram registros dos lugares da cidade em diferentes suportes e em diferentes formas de expressão: por de meio desenhos (registros que se deram antes e/ou após os passeios); de um “caderno colecionador de lugares” proposto por uma das investigações, por exemplo, em que coube a elas desenhar o caminho para chegar até a escola, os espaços da cidade que conheciam e o que faziam nos fins de semana; por meio de fotografias de locais da cidade durante os passeios realizados na companhia dos pesquisadores/as, como também dos momentos que circulavam individualmente ou com seus familiares pela cidade (aqui tendo como orientação fotografar os lugares que gostassem, dos aspectos dos lugares visitados que mais interessavam ou que provocavam algum incômodo/que julgassem importantes nas suas vidas); vídeos em seus

deslocamentos durante os passeios, nos ônibus e nos espaços de visitas realizadas com a escola, sobretudo em relação aos seus percursos cotidianos; textos ilustrados e legendados contando sobre como são os espaços de brincar localizados fora de casa na sua cidade; por meio da elaboração de “poemas dos desejos” – desenhos que contemplassem as sentenças “A minha cidade é...” e “Eu gostaria que a minha cidade fosse...” ou de como gostariam que fossem os espaços de brincar situados fora de casa na sua cidade; por meio de listas sobre locais de que gostam e não gostam da cidade; por meio de quadros de utensílios para definição de classe socioeconômica; quadro de rotinas; por meio de mapas/maquetes das suas cidades, em um exercício de *photo-elicitation*, com base nas imagens selecionadas a partir do filme que fizeram sobre seus percursos e construíram por meio da manipulação do Google Earth, em que sinalizaram espaços de que gostavam e achavam legais e aqueles que achavam ruins ou de que não gostavam e que gostariam de conhecer.

Quanto aos referenciais teórico-metodológicos, constata-se que em todas as teses são enunciados/as os/as autores/as que respaldam os percursos construídos. Averiguamos que as perspectivas metodológicas, os procedimentos e os instrumentos de coleta de dados estão ancorados por uma multiplicidade de referências teóricas. Os referenciais mais recorrentes no conjunto das teses foram: Corsaro (5), Alderson (5), Carvalho; Muller (4), Lopes (4), Gueertz (3), Sarmiento (2), Cohn (2); Christensen (2), Gobbi (2), Saramago (2), Qvortrup (2), Malinowski (2), Prout; James (2); Chizzoti (2), Ventura (2), Pires (2). Esses/as autores/as, dentre outros/as, serviram como suportes teóricos mais expressivos das perspectivas que guiaram as investigações, sendo citados, por vezes, para justificar a adoção dos procedimentos e/ou dos instrumentos⁴. Cabe esclarecer que os/as autores/as aqui elencados se referem àqueles/as autores/as anunciados/as em sua função de compor a base teórico-científica das escolhas metodológicas, já que destacamos aspectos ligados à dimensão epistemológica.

O levantamento do referencial teórico usado nas teses mostra uma multiplicidade de autores/as que acabam por constituir uma base teórica proveniente de áreas distintas do conhecimento, conforme apontamos anteriormente. Na maioria das teses analisadas, essa sistematização se deu por meio de um capítulo dedicado ao percurso metodológico, no qual foram apresentadas as escolhas metodológicas articuladas às bases teóricas adotadas.

A partir dos estudos empreendidos sobre a amostra – o que implicou, nesta seção, na apresentação de uma gama expressiva de práticas e procedimentos investigativos em sua tessitura com a construção do panorama epistemológico –, buscamos mostrar que não só há articulação entre as tramas que mobilizaram os estudos, os referenciais teóricos e as questões metodológicas, como também há uma afirmação insistente dessa relação na medida em que as pesquisas vêm se construindo por meio de estratégias tão originais quanto múltiplas em sua busca de dar relevo e, de algum modo, protagonismo às práticas culturais infantis em sua relação com a cidade.

⁴ Em relação às escolhas metodológicas das pesquisas, são referenciados um total de 48 autores nas discussões teóricas que a respaldam, tendo Alderson (5), Sarmiento (4), Müller (4), Corsaro (3) como os mais citados nas diferentes pesquisas analisadas.

Infâncias/crianças, cidade na relação com a escola, o currículo e a formação docente: diálogos em destaque

Recentemente, Gobbi e Tavares (2021) propuseram um diálogo que aproximou profissionais/pesquisadores/as que atuam diretamente na educação de crianças e docentes universitários/as formadores/as de professores/as e pesquisadores/as de temas afins à infância, que culminou em “um dispositivo de pensamento, reflexão e, [...], de ação na defesa de uma vida urbana digna, justa, cultural e ambientalmente pensada de forma favorável às experiências infantis” (Gobbi; Tavares, 2021, p. 18). A discussão merece ser evidenciada, pois instiga a uma conjugação da infância e seu direito à cidade a ser imaginada coletivamente com todos/as aqueles/as envolvidos diretamente na vida das crianças (Gobbi; Tavares, 2021, p. 19). Dentre os profissionais indicados/as pelas autoras, destacamos, nesta seção, os/as professores/as, pois acreditamos que a relação infância e cidade atravessa ou deveria atravessar a escola. Assim, ainda que não se componha como um objetivo precípua de uma metapesquisa, elegemos esse viés específico de discussão para finalizar nossa análise sobre o conjunto de teses de nosso *corpus* na medida em que, entendemos, trata-se de um potente percurso investigativo a ser ampliado.

Dizendo de outro modo, buscamos identificar, no conjunto de pesquisas que compõem nossa amostra, como a relação infância, cidade, currículo e formação docente emerge – especialmente porque identificamos que oito das dez produções analisadas tensionam o lugar da escola, da educação, dos/as professores/as na relação *criança* e *cidade*. Para tratar disso, agrupamos as discussões em dois eixos, sendo eles: “Escola, educação e currículo” e “Formação e prática docente”. No primeiro eixo, apresentamos as discussões envolvendo a tríade anunciada no próprio título, desenvolvidas pelos/as pesquisadores/as em suas investigações. No segundo eixo, trazemos reflexões sobre o lugar dos professores na relação das crianças com a cidade e a escola, que emergem nas pesquisas analisadas. Optamos por essa organização, pois, embora entendêssemos que esses aspectos estejam relacionados, eles foram identificados nas pesquisas como pequenos focos de discussões e desprendidos entre si. E ainda, ao problematizá-los em nossa metanálise, tensionamos para a emergência de investimentos futuros sobre tais aspectos tanto como forma de objetos de investigação acadêmica como em ações e políticas públicas que fortaleçam/garantam o direito das crianças à cidade.

Em relação ao eixo “Escola, educação e currículo”, seis pesquisas fazem dele matéria de debate. As pesquisas de Souza (2017) e de Muniz (2018) investem de maneira expressiva no pressuposto de uma escola que considera a cidade como espaço de aprendizagens. Os dois trabalhos operam com um conceito de escola que amplia as aprendizagens em direção às ruas e aos diferentes espaços do território em que está situada, compreendendo esses locais como arenas de novos conhecimentos e, portanto, falam de uma escola capaz de oportunizar a apropriação pelas crianças dos espaços públicos e, com efeito, inserindo-as ativa e intensamente no emaranhado de conhecimentos locais (Souza, 2017). Nesse sentido, Muniz (2018) chega a falar de um currículo urbano que reconheça a cidade como um ambiente educativo. Mais do que isso, o estudo defende um alargamento da escola com a vida ao apresentar o conceito de “alfabetização cidadã” (Tavares *apud* Muniz, 2018).

Por outro lado, outros três estudos se ocupam em discutir sobre como as experiências vividas pelas crianças na escola contribuem para o seu entendimento acerca das cidades que habitam de forma restritiva. Mais propriamente, e sob outro importante viés de análise, trata-se de pesquisas que entendem que limitar a experiência das crianças àquelas vividas somente via escola (ou somente via família) pode criar uma série de limitações em suas experiências subjetivas. Ou seja, tais investigações falam de dinâmicas que acabam fragmentando o conceito das crianças sobre a cidade (Müller, 2007), restringindo seu direito à cidade (Evangelista, 2020) ou, ainda, reforçando estereótipos de gênero presentes na sociedade (Poubel, 2021).

Dito de outra forma, Müller (2007) argumenta que as crianças que vivem a cidade apenas por meio da família e da escola e de maneira não apenas fragmentada como também apartada (em seus sentidos e vivências, como se se tratasse de “cidades” diferentes) acabam por apresentar uma visão também fragmentada da cidade. Ao mesmo tempo, há que se considerar, conforme salienta Evangelista (2020), os limites impostos às próprias crianças quanto ao usufruto das cidades, especialmente na medida em que consideramos os longos períodos em que as crianças permanecem institucionalizadas. Poubel (2021), por sua vez, mostra que essa restrição pode estar relacionada também com o sexo da criança, uma vez que, enquanto as meninas elaboram hipóteses de cidade a partir das narrativas dos adultos, por exemplo; os meninos constroem seus conceitos por meio de vivências diretas na urbe. A escola, por sua vez, acaba por reforçar por meio de práticas cotidianas a distinção entre meninos e meninas, partindo da distinção de gênero que insiste em conceber às meninas o lugar da fragilidade, da passividade e do resguardo e aos meninos o lugar da força, da atividade e da aventura. A partir dos resultados da sua investigação, Poubel (2021) defende justamente uma educação escolar que garanta equidade entre os gêneros, pois vislumbra, dessa forma, a possibilidade da construção de uma diversidade urbana capaz de promover experiências cidadinas a todas as crianças.

Finalizando esse eixo, trazemos a tese de Meloni (2018), na medida em que ela teve, no espaço da escola, seu desenvolvimento argumentativo. A escolha pela realização da pesquisa em uma escola e a forma como se deu a metodologia – altamente implicada com a participação das crianças quanto às formas de expressar aspectos a serem, na perspectiva delas, melhorados, modificados, amplificados nas cidades que habitam – sugerem possibilidades de se pensar nos termos de parcerias entre a escola e o poder público, especialmente no que se refere à escuta da opinião e de pontos de vista das crianças em relação à cidade e ao planejamento de ações e da manutenção dos espaços públicos.

Como segundo eixo de debate, tomemos a forma como “Formação e prática docente” se faz presente nas pesquisas analisadas (ainda que não sendo esse seu foco principal), notadamente em duas delas. Na primeira, desenvolvida por Campos (2019), encontramos aspectos presentes nos trabalhos já citados (e relativos ao primeiro êxito): a evidência de uma escola que reconhece a cidade como espaço-tempo de novas experiências e conhecimento; que incluiu no seu currículo o contexto da cidade como lócus de aprendizagens (por meio de uma proposta de “excursões” a diferentes espaços da cidade). No entanto, entendemos que se trata aqui predominantemente de uma discussão que remete à formação e à prática docente, pois, na pesquisa, tais excursões exigiam a mediação das professoras e das equipes pedagógicas. Mais do que isso, a solidez dessa formação

foi ponto decisivo para a vivência de experiências potentes, oportunizadoras de aprendizagens estéticas e culturais consistentes. Ou seja, trata-se de aprendizagens que se estendem às professoras: a formação docente se dá, igualmente, por meio das experiências das professoras nos espaços urbanos. O estudo de Campos (2019) defende, ainda, currículos e ações que tornem a escola e a cidade espaços privilegiados para o exercício da cidadania das crianças, também em sua relação com a construção e exercício da cidadania das docentes (Campos, 2019).

Por fim, a tese de Andrade (2014) defende ser função do/a professor/a e da escola valorizar os saberes dos/as alunos/as; saberes que são construídos socialmente nas relações comunitárias. É justamente por trabalhar com uma população à margem desse modelo de escola (crianças e adolescentes em situação de rua), que permite ao autor pensar sobre o lugar dos professores na relação das crianças que vivem a cidade e a escola intensamente. Trata-se de um professor consciente, que compreende que para as crianças que vivem um tipo de liberdade nas ruas estarem presas aos espaços institucionalizados, isso pode se constituir em algo extremamente desmobilizador. Além disso, o que entendemos ser os saberes das crianças que vivem nas ruas passam ao largo dos pressupostos opressores, que ainda persistem na escola de um aluno modelo, inscrito em uma cultura da escrita e da disciplina. Enfim, as experiências das crianças que vivem em situação de rua sugerem não apenas outro modelo de escola, mas também outro tipo de formação por parte dos/as docentes.

Percebemos que as discussões presentes nas teses quanto às relações entre criança e cidade nos permitem pensar, de distintos modos, a escola e, com ela, um currículo e uma formação docente implicados com as tão diversas formas de viver cidade, construindo práticas que valorizem as experiências cidadinas das crianças e ofereça a elas modos consistentes de vivenciar a cidade, de apropriar-se dela como aspectos inseparáveis da construção de sua cidadania.

Considerações finais

Buscamos, neste texto, colocar em relevo os resultados de um estudo de metapesquisa voltado para o mapeamento e para a análise de um conjunto de dez pesquisas, realizadas em nível de doutorado, que assumiram como foco de investigação problemáticas implicadas com as relações entre infâncias, crianças e cidade. Assumimos, como elemento-chave desse exame, os problemas de pesquisa e os objetivos que tais estudos articulavam, bem como os enfoques epistemológicos que nortearam os percursos investigativos.

Por meio da metanálise empreendida foi possível concluir quanto aos objetivos e aos problemas de pesquisa, que foram materializados por uma rigorosa conformidade entre os pressupostos teóricos acerca da pluralidade nas formas de viver a infância e a construção de estudos que buscaram dar visibilidade acadêmica às formas plurais de viver a cidade. No que se refere ao panorama epistemológico, evidenciamos aspectos que podem ser entendidos como característica do próprio campo, quais sejam: a escolha dos pesquisadores/as por referenciais teóricos de campos diversos, prevalecendo as áreas da Sociologia da Infância, seguida da Antropologia; a ausência de uma identificação/explicação/justificativa do método adotado nas pesquisas; a prevalência de uma

abordagem híbrida na escolha dos procedimentos técnicos e instrumentos de coletas de dados, ou seja, os dados foram produzidos por meio da combinação de duas ou mais abordagens, bem como por meio de instrumentos técnicos variados, estando ancorados a uma heterogeneidade de teóricos. De modo geral, podemos inferir que as pesquisas apresentam articulação entre os referenciais teóricos e as metodologias em questão, sendo esta um ponto forte para o campo de pesquisa educacional.

Sublinhamos, também, alguns aspectos presentes nas investigações e que dão corpo a questões importantes no que diz respeito ao lugar da criança nas investigações do campo e assumem um compromisso social, ético e político para com esses sujeitos, sendo eles: I) a compreensão da infância para além dos espaços institucionalizados; II) o entendimento das crianças como atores sociais capazes de se manifestarem sobre suas experiências na urbe e expressarem opiniões sobre os espaços públicos; III) a problematização sobre diferentes marcadores (sociais, gênero, étnico-raciais) e seus impactos nas formas que as crianças vivem e experienciam a cidade.

No entanto, colocamos em relevo outros aspectos que devem ser tomados como pontos de atenção para o campo e para as futuras investigações sobre a temática em tela, quais sejam: I) a presença de um viés institucional, ainda que em maior ou menor grau, na construção dos problemas de pesquisa, que a nosso ver remete a uma ideia ainda preponderante de infância institucionalizada; II) a emergência de inscrições de novas pesquisas atentas aos marcadores como gênero, raça e etnia – uma vez que aquele relativo à classe social já ganha proeminência; III) a quase ausência de pesquisas com bebês, o que nos sugere atenção tanto a como esses sujeitos vêm sendo invisibilizados em nossos trabalhos, como também a necessária construção de metodologias específicas que possam dar conta de suas formas singulares de experienciar as cidades e participar delas.

De forma geral, as investigações alinham-se aos outros movimentos tanto em ordem acadêmica quanto social, que reconhecem as crianças como cidadãs de direito ao produzirem dados que impactam, ou deveriam impactar, na constituição de uma infância plena no que diz respeito ao direito à cidade.

Referências

AITKEN, Stuart. Do apagamento à revolução: o direito da criança à cidadania/direito à cidade. *Educação e Sociedade*, v. 35, n. 128, p. 629-996, 2014. <https://doi.org/10.1590/ES0101-7330201435128128621>

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. *Educação e infância na cidade: dimensões instituintes da experiência de intersectorialidade em Niterói*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

ANDRADE, Fábio Santos de. *Crianças e adolescentes em situação de rua: ocupação e domínio do espaço público urbano*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2014.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 13 jul. 1990.

CAMPOS, Tulio. *A escola e a cidade: experiências de crianças e adultos em excursões na educação infantil*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

CARVALHO; Levindo Diniz; BIZZOTO, Luciana Maciel. *A criança e a cidade*. Participação infantil na construção de políticas públicas. Belo Horizonte: UFMG/FaE/NEPEI/TEIA, 2022.

EVANGELISTA, Ariadne de Sousa. *“Eu gosto de brincar, isso me faz feliz!”* Paisagens e vivências das crianças em Presidente Prudente (SP). Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2020.

FARIAS, Rhaisa Naiade Pael. *Crianças na cidade: mobilidade e sociabilidade nas superquadras de Brasília*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

FARIAS, Rhaisa Naiade Pael; MÜLLER, Fernanda. A cidade como espaço da infância. *Educação & Realidade*, v. 42, n. 1, p. 261-282, 2017. <https://doi.org/10.1590/2175-623654542>

FOCHI, Paulo. *“Mas os bebês fazem o quê no berçário, heim?”*: documentando ações de comunicação, autonomia e saber-fazer de crianças de 6 a 14 meses em um contexto de vida coletiva. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

GOBBI, Marcia Aparecida. Entre a casa, a rua e a escola: o que o menino viu? Itinerários de uma criança em São Paulo. *Revista Teias*, v. 19, n. 52, p. 8-27, 2018. <https://doi.org/10.12957/teias.2018.31122>

GOBBI, Marcia Aparecida; ANJOS, Cleriston Izidro dos. Perspectivas para pensar as cidades: infâncias, educação, democracia e justiça. *Práxis Educacional*, v. 16, n. 40, p. 13-24, 2020. <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v16i40.6986>

GOBBI, Marcia Aparecida; ANJOS, Cleriston Izidro dos; LEITE, Maria Cristina Stello. *Crianças, educação e o direito à cidade: pesquisas e práticas*. São Paulo: Cortez, 2021.

GOBBI, Marcia Aparecida; ANJOS, Cleriston Izidro dos; SEIXAS, Eunice Castro; TOMÁS, Catarina (Org.). *O direito das crianças à cidade: perspectivas desde o Brasil e Portugal*. São Paulo: FEUSP, 2022.

GOBBI, Marcia Aparecida; TAVARES, Maria Tereza Goudard (Org.). *Pensar infâncias na cidade em tempos de pandemia*. Rio de Janeiro: Nau, 2021.

JACOMINI, Márcia Aparecida; SILVA, Antonia Almeida. Pesquisa em Educação: incursões sobre epistemologia, método e teoria em teses e dissertações (2000-2010). In: MAINARDES, Jefferson. *Metapesquisa no campo da política educacional*. Curitiba: CRV, 2021. p. 169-194.

LOEB, Rodrigo Mindlin; LIMA, Ana Gabriela Godinho (Org.). *Cidade, gênero e infância*. São Paulo: Romano Guerra, 2021.

LOPES, Jader Janer Moreira. *Terreno Baldio*. Um livro sobre balbuciar e criar os espaços para desacostumar geografias. São Carlos: Pedro & João, 2021.

MAINARDES, Jefferson. *Metapesquisa no campo da política educacional*. Curitiba: CRV, 2021.

MELONI, Adaliza. *Constituição dos espaços de brincar oficiais da cidade de Assis (SP): uma análise da visibilidade de crianças*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018.

MORAIS, Michele Luciane Blind de; SCHNEIDER, Marilda Pasqual. Pesquisa sobre pesquisas em políticas de avaliação e accountability educacional no Brasil: desafios de uma metapesquisa. In: MAINARDES, Jefferson. *Metapesquisa no campo da política educacional*. Curitiba: CRV, 2021. p. 101-122.

MÜLLER, Fernanda. *Retratos da Infância na Cidade de Porto Alegre*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

MÜLLER, Fernanda; NUNES, Brasilmar Ferreira. Infância e cidade: um campo de estudo em desenvolvimento. *Educação e Sociedade*, v. 35, n. 128, p. 629-996, 2014.
<https://doi.org/10.1590/ES0101-7330201435128129342>

MUNIZ, Maria Cristina Soto. *Passeios com crianças: cidade em tensão*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

POUBEL, Paula Figueiredo. *A cidade das meninas e dos meninos: um estudo em representações sociais com crianças*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2021.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Infância e cidade: restrições e possibilidades. *Educação*, v. 41, n. 2, p. 232-240, 2018. <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2018.2.31317>

SERUTE, Marcelo. *O lugar da criança na pólis: Sócrates e a ausência do reconhecimento público da criança*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

SOUZA, Erika Milena de. *Entre subidas e descidas: as culturas da infância pelas ladeiras da região da Vila Rubim*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

TELLO, César; MAINARDES, Jefferson. Revisitando o enfoque das epistemologias da política educacional. *Práxis Educativa*, v. 10, v.1, p. 153-178, 2015. <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.10i1.0007>

TONIETO, Carina; FÁVERO, Altair Alberto. A pesquisa em política educacional: análise de aspectos teórico-epistemológicos em teses de Doutorado (2010-2012). In: MAINARDES, Jefferson. *Metapesquisa no campo da política educacional*. Curitiba: CRV, 2021. p. 45-70.

TONUCCI, Francesco. *La ciudad de los niños*. Barcelona: Grao, 2015.

TRINDADE, Patrícia dos Santos. *O cotidiano da criança ribeirinha da comunidade de Bom Socorro do Zé Açu – Parintins/AM*. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

VASCONCELOS, Queila Almeida. *Crianças bem pequenas no cotidiano da escola: tecendo relações entre participação e interesses de aprendizagem*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

LUTIANE NOVAKOWSKI

Doutoranda em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

FABIANA DE AMORIM MARCELLO

Doutora em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil; Professora do PPGEDU e da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); pesquisadora do CNPq, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

CONTRIBUIÇÃO DAS AUTORAS

Autora 1 – construção e processamento dos dados; análise e interpretação dos dados; sistematização e elaboração do texto final.

Autora 2 – concepção e desenho da pesquisa; construção e processamento dos dados; análise e interpretação dos dados; sistematização, elaboração e revisão do texto final.

APOIO/FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA

Não se aplica.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

NOVAKOWSKI, Lutiane; MARCELLO, Fabiana de Amorim. Pesquisas sobre infâncias, crianças e cidade na Educação: tendências e desafios investigativos. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 40, e88548, 2024. <https://doi.org/10.1590/1984-0411.88548>

O presente artigo foi revisado por Lucca Belissimo, Tikinet Academic. Após ter sido diagramado, foi submetido para validação do(s) autor(es) antes da publicação.

Recebido: 20/11/2022

Aprovado: 15/02/2024

Este é um artigo de acesso aberto distribuído nos termos de licença Creative Commons.

